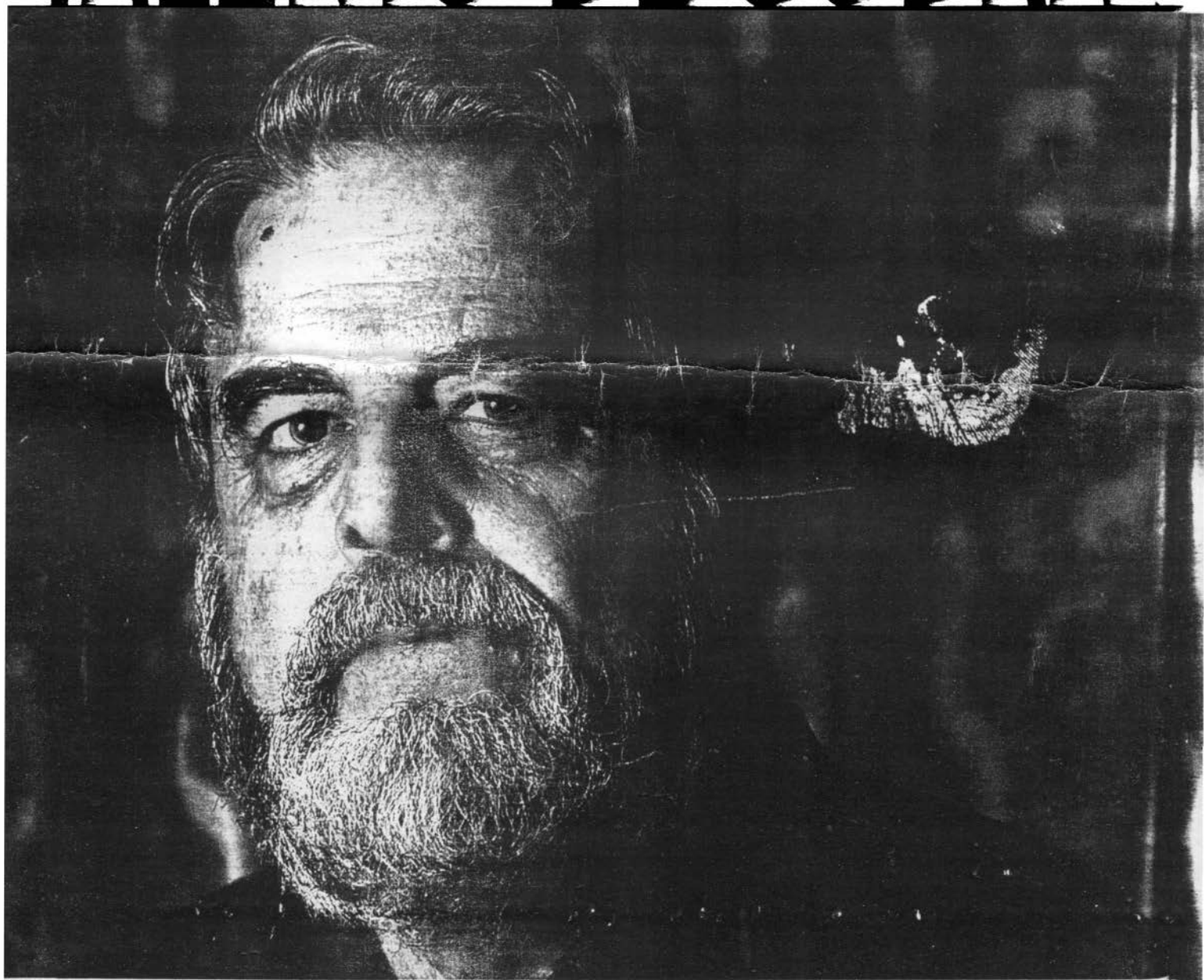


Para o economista da UFRJ, os próximos 30 anos têm tudo para ser bem melhores para o Brasil do que as três últimas décadas

Por André Lahóz

Temos TALENTO DE SOBRA





COMO RESUMIR OS ÚLTIMOS 30 ANOS DE HISTÓRIA ECONÔMICA? Para o economista Antônio Barros de Castro, o país viveu preso numa espécie de maldição da macroeconomia: sempre que as empresas tentaram crescer, foram freadas pela instabilidade do país. “Uma das lições das últimas décadas é que a macroeconomia tem a última palavra”, diz Castro, professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tradução: sem estabilidade econômica não há jogo. A boa notícia é que ele vê grande consistência nas políticas econômicas que prevalecem desde 1999 — embora acredite que elas poderiam ser complementadas com novas ações, como na área de política industrial. Quando perguntado sobre como o país estará daqui a 30 anos, Castro tem uma mensagem de otimismo: “Depois de Lula, já teremos passado pelo grande teste da democracia”.

MELHORES E MAIORES está completando 30 anos. O que mudou no Brasil no período?

Trinta anos nos levam de volta a 1973. Não consigo pensar num melhor contraste com o momento atual. Em 1973 a indústria brasileira cresceu explosivamente, chegando a 14% no final do ano. Na verdade, embora fosse o final do chamado milagre econômico, o crescimento acelerado continuaria até 1980. O Brasil estava fazendo aquilo que nenhum país latino-americano havia conseguido: montar uma estrutura industrial moderna no campo de insumos básicos, metalurgia, química e bens de capital — a chamada industrialização difícil. A visão geral era que o processo de substituição de importações se limitaria à produção de bens leves e de alguns duráveis. Nós cruzamos espetacularmente essa barreira. Mais que isso, no final daquela década, o país começou a ensaiar tentativas de autonomia tecnológica em indústrias como a aeronáutica, a nuclear e a de informática. Essa barreira, obviamente, nós não cruzamos — com a exceção notória da aeronáutica.

Faltava-se que o Brasil era uma ilha de prosperidade...

Sim, nessa época havia uma

convicção generalizada de que o Brasil era um país vocacionado para crescer. Ninguém e nada poderiam detê-lo — basta lembrar que, na história brasileira, os ministros que tentaram dar uma freada no crescimento, seja Eugênio Gudin, em 1955, seja Mario Henrique Simonsen, em 1978, foram ejetados do poder. Isso dava uma segurança muito grande ao investidor. A própria inflação era vista como administrável. Em dezembro de 1978, o então presidente, Ernesto Geisel, advertiu a nação de que a inflação estava saindo do controle, mas isso não convenceu ninguém. A tentativa de frear o país não foi adiante, e o ministro Delfim Netto assumiu, um ano mais tarde, o Ministério do Planejamento do governo Figueiredo prometendo o prosseguimento da expansão acelerada.

Mas aí as coisas começaram a dar errado...

Sim. De 1980 em diante temos a planície. Nunca mais houve crescimento sustentável. Tentou-se dizer que aquele crescimento anterior era algo ilusório, artificioso, criado na estufa do Estado. Mas a verdade é que hoje, quando repensamos o crescimento, partimos do aparelho produtivo deixado por aquela época. Afinal, entre 1975 e 1995, não se implantou uma única fábrica automobilística no país. É só um exemplo, mas que não é muito diferente dos outros setores. Só no fim dos anos 90 é que voltamos a ver a implantação de novas fábricas.

O que foi essa planície? A resposta deve começar pela idéia de que o nosso crescimento foi pífio na média, mas todo período está marcado por arrancadas e recaídas. São 20 anos de *stop and go*. A mecânica dos movimentos variou ao longo do tempo, mas há dois elementos constantes: de um lado, a capacidade de a economia arremeter para o alto; de outro, uma espécie de destino que fazia o país tombar mais uma vez.

O que a crise ensinou aos economistas?

A primeira grande lição destes 30 anos parece ser que a macroeconomia tem a palavra final. Em termos de microeconomia, fomos perdendo espaço lentamente. Entre 1980 e 1995, o aparelho produtivo foi envelhecendo gradualmente, mas nada que justificasse os monumentais tombos do período. Tanto é verdade que sempre que surgiu alguma oportunidade a indústria disparou. Mas a macroeconomia, impietosamente, jamais deixou que a demanda doméstica se expandisse. Pode-se afirmar que de 1970 em diante o mundo foi ficando cada vez mais aberto, mas também instável. Nesse novo mundo, a macroeconomia inspira muito mais cuidados. Há uma sensibilidade muito maior a acidentes e a tropeços.

O mundo ficou mais perigoso?

Sim. Uma lição espetacular foi dada pela França em 1981. Os franceses tentaram retomar o crescimento com políticas industrial e tecnológica audaciosas. Pretenderam adotar uma retomada keynesiana que foi humilhan-

Castro: defesa de uma “política industrial leve”

ANDRÉ VALLETTA

temente devida em apenas um ano. O Japão dos anos 90 é uma advertência ainda mais flagrante. Continua a sediar algumas das melhores empresas do mundo, continua a liderar alguns dos setores que integram a fronteira do conhecimento humano e, no entanto, enfrenta o 13º ano de estagnação, sem nenhuma perspectiva de saída. A lição é clara: a macroeconomia tem a última palavra. É o oposto do que pensávamos antes. Nós achávamos que o importante eram as forças produtivas, os setores, as novas empresas que iam se implantando. Se tudo isso existisse, a macroeconomia acabaria se adaptando — o país poderia ter um pouco mais ou um pouco menos de inflação, ou um pouco mais ou um pouco menos de desequilíbrio externo. E aprendemos que não é assim. Aliás, essa foi uma lição muito dura para mim. Em 1986, eu estava convencido de que a inflação havia sido domada e que podíamos realizar todo o potencial da economia brasileira. E estava completamente errado.

E em menos de um ano a inflação já saía de controle.

Exato. E a crise barrou, uma vez mais, o crescimento. O período realmente de trevas se estendeu de fins de 1986.

Enquanto a economia brasileira patinava, o mundo experimentava a NOVA ECONOMIA

quando o Plano Cruzado estrepitosamente fracassava, ao final da recessão do governo Collor, no início de 1993. Nessa fase, a inflação tinha se tornado uma montanha-russa, para usar a expressão de Simonsen, e as empresas se preocupavam unicamente em sobreviver. Os investimentos ~~desapareceram~~ e vivíamos a crônica de uma morte anunciada: todos esperávamos o início da hiperinflação.

Para complicar, esses anos estavam sendo intensamente aproveitados nos demais países. Os Estados Unidos estavam dando os primeiros sinais de reação positiva à invasão das manufaturas asiáticas. Até mesmo a Europa começava a adotar novos métodos organizacionais, a digitalização e o paradigma microeletrônico. Foi um movimento muito importante. Ele começou com a revolução dos processos de trabalho, a simplificação dramática do gerenciamento e a adoção de células de trabalho. E foi seguido pela microeletrônica. A junção das duas resultou na Nova Economia dos anos 90.

Enquanto isso, o Brasil patinava...

Sim. Mesmo depois do fim do pesadelo Collor, quan-

do a economia voltou a dar sinais vitais positivos, a inflação estava acima de 25% ao mês, e a cada mês subia 1 ou 2 pontos. A pergunta que fazíamos era: será que dá para chegar até a eleição presidencial de 1994 antes da hiperinflação? Para complicar, nem todos os candidatos geravam um mínimo de confiança. Dois dos candidatos mais fortes, Brizola e Lula, não pareciam nada predestinados a enfrentar uma situação inflacionária de proporções dramáticas. Afinal, o candidato Lula daquela época era bem diferente do Lula presidente de hoje.

O Real representou uma inflexão importante, não?

Sem dúvida. O Real derrotou espetacularmente a inflação. A economia disparou e o poder aquisitivo dos salários deu um salto entre junho de 1994 e setembro de 1996. Mas, como todos sabem hoje, o Brasil estava trocando o desequilíbrio inflacionário pelo equilíbrio externo, que também se mostrou explosivo. No segundo semestre de 1998, o Brasil virtualmente quebrou. Fomos salvos pelo governo americano via FMI para evitar a superposição de três megacrises financeiras: a russa, a do Long Term Capital Management (*N.R.: fundo de investimentos americano que quebrou em agosto de 1998*) e a brasileira. O efeito de ressonância das três levaria as finanças internacionais ao caos — e isso ajudou grandemente na decisão de socorrer o Brasil.

Qual a lição que fica do primeiro período do Real?

Acho que a grande lição foi que não aprendemos com erros comuns em economias emergentes. Até aquela data, o Brasil sempre havia evitado o populismo cambial, tão típico do Chile e da Argentina. Experimentamos e nos queimamos no experimento. A história se repetiu. Aliás, não apenas ignoramos a lição de outros países como inventamos que vivíamos sob um novo capitalismo. Esta é outra lição que fica: é preciso desconfiar de argumentos que dizem que a história mudou radicalmente de um dia para o outro. No fim, vem a hora da verdade. Naquele episódio, revivemos um ciclo típico da América Latina.

Mas daí para a frente a política econômica mudou.

É verdade. A crise de 1998 é um marco porque, aos trancos e barrancos, ela nos levou para uma espécie de plano B, que não foi propriamente escolhido, mas que acabou prevalecendo. Refiro-me ao surgimento de um novo regime macroeconômico caracterizado por ajuste fiscal, câmbio flutuante e metas inflacionárias. Essas peças começaram a surgir e a se encaixar por acidentes e vicissitudes, mas aos poucos o país começou a assumi-las. E a política vem ganhando consistência: mais e mais pessoas entendem que não dá para mexer numa variável sem que isso implique mudanças nas outras. A recente crise confirmou que o novo regime está pegando: o país respondeu às turbulências acentuando o ajuste fiscal e respeitando o regime cambial. É uma aposta que vale a pena.

Ou seja, apesar de todas as queixas recentes, o regime atual é bom para o Brasil?

Sim. Mas aí é preciso fazer uma observação importante. Acho que a questão da consistência da política macroeconômica traz clareza ao debate e impõe rigor aos argumentos. Mas considero que, levado ao limite, o argumento da consistência produz a impressão de que as políticas atuais são as únicas possíveis. Ora, nada na história é assim. Há sempre alguns graus de liberdade.

A adoção de uma política industrial seria um exemplo desses graus de liberdade?

É um ótimo exemplo. Até muito recentemente nós vivemos uma batalha de argumentos a favor e contra a política industrial. Quais eram os argumentos? De um lado, dizia-se que a política industrial caberia promover a correção das lacunas e insuficiências da nossa estrutura industrial. De outro, argumentava-se que a política industrial equivale à reabertura do guichê de favores do Estado e que seria melhor não interferir nas decisões privadas. As coisas não são tão simples. Existem pelo menos dois tipos de política industrial, a leve e a pesada.

Como se diferencia uma da outra?

A política pesada é aquela que financia a construção ou a regeneração tecnológica de setores inteiros, algo que certamente custa muito dinheiro e que poderia colocar em risco a consistência macro a que me referi há pouco. Já as políticas leves não pretendem criar setores. A idéia é que as empresas adquiriram capacitações que não se encontram plenamente exploradas. Em parte porque não havia horizonte, em parte porque investir no novo requer estímulos, compartilhamento de riscos, cooperação com institutos de pesquisas e universidades. É preciso reduzir o risco macroeconômico e definir objetivos e meios para a construção do futuro. Trata-se de estabelecer visões do futuro e oferecer às empresas pequenos apoios que possam contribuir para o avanço nessa direção. As empresas precisam ser estimuladas a diferenciar-se, a tentar grandes reduções de custo, a lançar produtos capazes de obter preços-prêmio. E o principal ativo para isso é sua própria experiência. Não estamos mais na fase de industrialização. Superada a longa estagnação dos últimos 20 anos, vai começar o segundo tempo do jogo. Nela o importante é saber como se desenvolvem as próprias capacitações. Políticas industriais pesadas chocam-se com a restrição fiscal. Além disso, significaria subtrair recursos de infra-

SEU PRODUTO NA INPA GANHA A MELHOR EMBALAGEM



A Inpa vem a cada dia buscando o seu aprimoramento na arte de fabricar papéis e embalagens de papelão ondulado. Isto se deve ao trabalho diário de uma empresa que acredita e investe em seus talentos, na qualidade do produto, na tecnologia e na preservação do meio ambiente.

Tantos investimentos só poderiam resultar na valorização e na satisfação de seus clientes.



INPA - Indústria de Embalagens Santana S/A
Pirapetinga - MG
www.inpa-embalagens.com.br



estrutura, setor no qual o país acumula deficiências calamitosas, e onde a melhoria da eficiência espalha vantagens para todos.

Já as políticas leves entram na hora da decisão de mudar. Portanto, elas se conectam com as estratégias das empresas. O vital é ajudá-las a decidir com mais ousadia, ajudar a ver mais longe. Por ser uma política na margem, ela não fere a consistência macro. Trata-se de apoiar iniciativas inovadoras, capitalizar empresas nascentes, fornecer recursos para superar as barreiras do conhecimento. Tudo submetido a orçamentos definidos.

O senhor poderia explicar melhor o que seria essa política?

Talvez o aspecto mais importante tenha a ver com tecnologia. Hoje não dá mais para separar crescimento de mudança. Crescimento está costurado com mudança. A mudança deve estar presente na própria expansão. É outra cultura, adaptada a um mundo ultra-ágil e supercompetitivo. O governo estaria ajudando os empresários a acertar a pontaria.

A palavra mágica é "tecnologia". Todos os estudos sobre tecnologia tendem a mostrar que o rendimento social da pesquisa em tecnologia é absurdamente elevado. Note que estou falando em rendimento social, não o da empresa. E aí reside o problema: a empresa tem dificuldade em se apropriar de todos os frutos de seu próprio avanço. Então o rendimento social pode ser um múltiplo do rendimento privado. Isso quer dizer o quê? Quer dizer que vale a pena botar dinheiro nisso. O que exatamente deveria ser feito? Em 1940, precisávamos de uma empresa como Volta Redonda. Em 1975, o diagnóstico era relativamente simples: precisávamos de petroquímicas e empresas de bens de capital. Hoje em dia é mais complicado. Nós já temos um aparelho produtivo grande e diversificado. O que é melhor, cobrir deficiências ou incentivar o que dá certo? Ninguém sabe com certeza. Minha intuição e meus estudos sugerem que vale a pena apostar na criatividade e no crescimento. Investir em mil pequenas tentativas de mudança. O somatório disso pode resultar numa virada histórica.

Ou seja, o senhor desaconselharia a volta de políticas industriais como se fez no passado?

Sem dúvida. E não apenas pela restrição fiscal. O mundo se tornou brutalmente instável e mutável. Nesse mundo, enterrar grandes quantidades de recursos em determinado setor para produzir determinado tipo de produto é algo para lá de arriscado. Para piorar, há setores em que há capacidade ociosa em termos mundiais e uma ferrenha disputa pelo investimento entre vários países. São argumentos para acender um sinal amarelo. A seta do avanço não está em criar capacidade, e sim em fazer capacitação.

Como o senhor imagina o Brasil daqui a 30 anos?

A pergunta é de tirar o fôlego. Mas vamos lá. Este país apresenta muitas continuidades. Costumo usar um exemplo. Seria possível um Instituto Domingo Perón na Argentina? Claro que não. Mas no Brasil a Fundação Getúlio Vargas sobreviveu à queda do presidente Vargas e está aí até hoje. Lula parece mais do que ninguém capaz de costurar mudança com continuidade. E, depois dele, já teremos passado pelo grande teste da democracia. O poder das elites tradicionais foi entregue a líderes safados dos sindicatos e do povo. Por que haveria descontinuidade depois de Lula? Por outro lado, potencial econômico e talento também não faltam neste país. Agora, saber o que faremos com eles é o segredo que a história guarda. Mas eu não a temo. ■

"Não há nada que seja maior evidência de insanidade do que fazer a mesma coisa dia após dia e esperar resultados diferentes..."

Einstein



Amana-Key:

Inovação

em gestão

que faz o

NOVO

acontecer

AMANA-KEY

www.amana-key.com.br